

Parecer nº 87/99

Data: 1999.06.16

Processo nº 572

Requerente: Sub-Região de Saúde de Aveiro.

1. A Sub-Região de Saúde de Aveiro solicita parecer a esta Comissão sobre o interesse directo e pessoal de Irene de Almeida Silvestre em ter acesso à totalidade dos documentos incluídos no processo disciplinar movido contra o enfermeiro Júlio Pecegueiro Moreno, na sequência de queixa apresentada pela utente sobre a actuação daquele profissional para com o seu marido entretanto falecido. O processo disciplinar encontra-se já concluído.

Irene de Almeida Silvestre, através de advogado, pretende certidão com as declarações do arguido e depoimento das pessoas ouvidas, conclusões finais e despacho condenatório com nota de trânsito em julgado para efeito de proposição contra o enfermeiro de acção judicial de indemnização por danos causados.

2. Já se admitiu e propôs a intermediação da Administração, como meio de simplificação do acesso, nos casos como o presente em que a lei exige a emissão de parecer favorável desta Comissão, a solicitar pelo terceiro interessado, para comprovar a invocação do interesse directo e pessoal (artigo 8º/3). Tal intermediação vem agora a ser acolhida expressamente pela lei.
3. A Assessoria Jurídica da Sub-Região de Saúde de Aveiro em informação anexada ao pedido de parecer já qualificou os documentos requeridos como documentos administrativos e nominativos por conterem «informações sobre pessoa singular com apreciações, juízos de valor ou abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada». Isso parece manifesto nas «conclusões finais» onde são apreciados e ajuizados longamente o comportamento, a personalidade e o historial de serviço do

arguido, o mesmo sucedendo com os «depoimentos das (quatro) pessoas ouvidas». Todavia, no respeitante às «conclusões finais» isso não será líquido se nelas se enumerar por exemplo factos considerados provados. Quanto às «declarações do arguido» constituem «dados pessoais» relativos em grande medida ao próprio depoente. Por fim, o «despacho condenatório» de 27 de Janeiro de 1999 com nota de transito em julgado embora contenha por natureza juízos de valor ou apreciações sobre uma ou mais pessoas não será reservado até porque a própria lei admite a sua publicação no jornal oficial. Não sendo «nominativo», o acesso é livre (artigo 7º/1).

Repare-se porém que as informações integradas num processo disciplinar não respeitam necessariamente apenas ao arguido. Podem respeitar a mais do que uma pessoa. Isso será manifesto quando haja mais do que um arguido, mas não só aí. Nos casos em que é arguido, por exemplo, um profissional de saúde e se questiona o seu desempenho face a um (ou mais) doente(s) aquelas informações não dirão respeito em exclusivo ao arguido mas igualmente a outras pessoas, designadamente ao doente. Isso pode dificultar a decisão em cada caso face à posição de algum interveniente, mas se os dados respeitam a mais do que uma pessoa estas pessoas terão, decerto, «igual» direito de acesso.

4. O artigo 7º/2 da Lei do Acesso aos Documentos Administrativos estipula que o direito de acesso a documentos nominativos é reservado à pessoa a quem os dados digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal.

Exclui-se o impedimento de acesso a quem os dados respeitam. Não interessará tanto, para a emissão deste parecer, dirimir a questão de saber a quem os dados dizem respeito. Naturalmente que dizem respeito ao arguido mas não apenas a ele, como se viu.

Quanto aos «terceiros» a lei exige a demonstração de interesse directo e pessoal, o que deve ser invocado conjuntamente com um parecer favorável desta Comissão (artigo 8º/3).

Irene de Almeida Silvestre tem interesse directo e pessoal em exercer o acesso às informações que pediu (declarações do arguido e outros depoimentos, conclusões finais e despacho condenatório) porque pretende utilizá-las na proposição de uma acção judicial de indemnização por danos e do acesso àquelas informações poderem resultar vantagens com projecção imediata ou directa na sua esfera jurídica.

5. Pelo exposto delibera esta Comissão emitir parecer favorável ao acesso de Irene de Almeida Silvestre aos documentos que requereu no Centro de Saúde da área da Sub-Região de Saúde de Aveiro, por meio de certidão, por se mostrarem preenchidos os requisitos de interesse directo e pessoal.

Notifique-se a interessada e a Sub-Região de Saúde de Aveiro.

Lisboa, 16 de Junho de 1999.

José Renato Gonçalves (Relator) – José Magalhães – Silva Marques – Narana Coissoró – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Gameiro dos Santos – Branca do Amaral – João Labescat – Castro Martins (Presidente)